

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020/2021

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PR001119/2020
DATA DE REGISTRO NO MTE: 26/05/2020
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR023508/2020
NÚMERO DO PROCESSO: 13068.105026/2020-62
DATA DO PROTOCOLO: 26/05/2020

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

FEDERACAO DOS TRAB NAS EMP DE TRANSP DE PASS DO EST DO, CNPJ n. 01.665.570/0001-63, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). RONALDO JOSE DA SILVA;

SINDICATO DOS TRABALH EM TRANSPORTES RODOV DE LONDRINA, CNPJ n. 78.636.222/0001-92, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOAO BATISTA DA SILVA;

SINDICATO DOS MOTORISTAS, CONDUTORES DE VEICULOS RODOVIARIOS E TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSP C P U MOT COB LINHAS INTERM INTEREST TUR ANEXOS MGA, CNPJ n. 79.147.450/0001-61, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). RONALDO JOSE DA SILVA;

SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS INTERMUNICIPAL INTERESTADUAL E TURISMO DE CASCAVEL (SINETRAPITEL), CNPJ n. 81.272.379/0001-90, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOAO CARLOS PASSARIM;

SINDICATO C V R T E T C P U M C L I I T CAMPO MOURAO PR, CNPJ n. 84.782.846/0001-10, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). APARECIDO NOGUEIRA DA SILVA;

SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEICULOS RODOVIARIOS E ANEXOS DE APUCARANA, CNPJ n. 81.878.845/0001-86, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ADILSON DE SOUZA GUERRA;

SIND DOS TRAB E CONDUT EM TRANSP ROD E ANEXOS DE UMUARA, CNPJ n. 80.891.708/0001-19, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). HAILTON GONCALVES;

E

VIACAO GARCIA LTDA, CNPJ n. 78.586.674/0006-11, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). ESTEFANO BOIKO JUNIOR;

BRASIL SUL LINHAS RODOVIARIAS LTDA., CNPJ n. 05.233.521/0014-27, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). ESTEFANO BOIKO JUNIOR;

EMPRESA PRINCESA DO IVAI LTDA, CNPJ n. 78.352.663/0001-62, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). ESTEFANO BOIKO JUNIOR;

VIACAO OURO BRANCO S A, CNPJ n. 78.593.118/0001-68, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). ESTEFANO BOIKO JUNIOR;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 29 de abril de 2020 a 30 de abril de 2021 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Londrina/PR, do Plano da CNTTT**, com abrangência territorial em **Abatiá/PR, Adrianópolis/PR, Agudos do Sul/PR, Almirante Tamandaré/PR, Altamira do Paraná/PR, Alto Paraíso/PR, Alto Paraná/PR, Alto Piquiri/PR, Altônia/PR, Alvorada do Sul/PR, Amaporã/PR, Ampére/PR, Anahy/PR, Andirá/PR, Ângulo/PR, Antonina/PR,**

Antônio Olinto/PR, Apucarana/PR, Arapongas/PR, Arapoti/PR, Arapuã/PR, Araruna/PR, Araucária/PR, Ariranha do Ivaí/PR, Assaí/PR, Assis Chateaubriand/PR, Astorga/PR, Atalaia/PR, Balsa Nova/PR, Bandeirantes/PR, Barbosa Ferraz/PR, Barra do Jacaré/PR, Barracão/PR, Bela Vista da Caroba/PR, Bela Vista do Paraíso/PR, Bituruna/PR, Boa Esperança do Iguaçu/PR, Boa Esperança/PR, Boa Ventura de São Roque/PR, Boa Vista da Aparecida/PR, Bocaiúva do Sul/PR, Bom Jesus do Sul/PR, Bom Sucesso do Sul/PR, Bom Sucesso/PR, Borrazópolis/PR, Braganey/PR, Brasilândia do Sul/PR, Cafeara/PR, Cafelândia/PR, Cafezal do Sul/PR, Califórnia/PR, Cambará/PR, Cambé/PR, Cambira/PR, Campina da Lagoa/PR, Campina do Simão/PR, Campina Grande do Sul/PR, Campo Bonito/PR, Campo do Tenente/PR, Campo Largo/PR, Campo Magro/PR, Campo Mourão/PR, Cândido de Abreu/PR, Candói/PR, Cantagalo/PR, Capanema/PR, Capitão Leônidas Marques/PR, Carambei/PR, Carlópolis/PR, Cascavel/PR, Castro/PR, Catanduvas/PR, Centenário do Sul/PR, Cerro Azul/PR, Céu Azul/PR, Chopinzinho/PR, Cianorte/PR, Cidade Gaúcha/PR, Clevelândia/PR, Colombo/PR, Colorado/PR, Congonhinhas/PR, Conselheiro Mairinck/PR, Contenda/PR, Corbélia/PR, Cornélio Procópio/PR, Coronel Domingos Soares/PR, Coronel Vivida/PR, Corumbataí do Sul/PR, Cruz Machado/PR, Cruzeiro do Iguaçu/PR, Cruzeiro do Oeste/PR, Cruzeiro do Sul/PR, Cruzmaltina/PR, Curitiba/PR, Curiúva/PR, Diamante do Norte/PR, Diamante do Sul/PR, Diamante D'Oeste/PR, Dois Vizinhos/PR, Douradina/PR, Doutor Camargo/PR, Doutor Ulysses/PR, Enéas Marques/PR, Engenheiro Beltrão/PR, Entre Rios do Oeste/PR, Esperança Nova/PR, Espigão Alto do Iguaçu/PR, Farol/PR, Faxinal/PR, Fazenda Rio Grande/PR, Fênix/PR, Fernandes Pinheiro/PR, Figueira/PR, Flor da Serra do Sul/PR, Florai/PR, Floresta/PR, Florestópolis/PR, Flórida/PR, Formosa do Oeste/PR, Foz do Iguaçu/PR, Foz do Jordão/PR, Francisco Alves/PR, Francisco Beltrão/PR, General Carneiro/PR, Godoy Moreira/PR, Goioerê/PR, Goioxim/PR, Grandes Rios/PR, Guaíra/PR, Guairaçá/PR, Guamiranga/PR, Guapirama/PR, Guaporema/PR, Guaraci/PR, Guaraniaçu/PR, Guarapuava/PR, Guaraqueçaba/PR, Guaratuba/PR, Honório Serpa/PR, Ibaiti/PR, Ibema/PR, Ibiporã/PR, Icaraíma/PR, Iguaçu/PR, Iguatu/PR, Imbaú/PR, Imbituva/PR, Inácio Martins/PR, Inajá/PR, Indianópolis/PR, Ipiranga/PR, Iporã/PR, Iracema do Oeste/PR, Irati/PR, Iretama/PR, Itaguajé/PR, Itaipulândia/PR, Itambaracá/PR, Itambé/PR, Itapejara d'Oeste/PR, Itaperuçu/PR, Itaúna do Sul/PR, Ivaí/PR, Ivaiporã/PR, Ivaté/PR, Ivatuba/PR, Jaboti/PR, Jacarezinho/PR, Jaguapitã/PR, Jaguariaíva/PR, Jandaia do Sul/PR, Janiópolis/PR, Japira/PR, Japurá/PR, Jardim Alegre/PR, Jardim Olinda/PR, Jataizinho/PR, Jesuítas/PR, Joaquim Távora/PR, Jundiá do Sul/PR, Juranda/PR, Jussara/PR, Kaloré/PR, Lapa/PR, Laranjal/PR, Laranjeiras do Sul/PR, Leópolis/PR, Lidianópolis/PR, Lindoeste/PR, Loanda/PR, Lobato/PR, Londrina/PR, Luiziana/PR, Lunardelli/PR, Lupionópolis/PR, Mallet/PR, Mamborê/PR, Mandaguaçu/PR, Mandaguari/PR, Mandirituba/PR, Manfrinópolis/PR, Mangueirinha/PR, Manoel Ribas/PR, Marechal Cândido Rondon/PR, Maria Helena/PR, Marialva/PR, Marilândia do Sul/PR, Marilena/PR, Mariluz/PR, Maringá/PR, Mariópolis/PR, Maripá/PR, Marmeleiro/PR, Marquinho/PR, Marumbi/PR, Matelândia/PR, Matinhos/PR, Mato Rico/PR, Mauá da Serra/PR, Medianeira/PR, Mercedes/PR, Mirador/PR, Miraselva/PR, Missal/PR, Moreira Sales/PR, Morretes/PR, Munhoz de Melo/PR, Nossa Senhora das Graças/PR, Nova Aliança do Ivaí/PR, Nova América da Colina/PR, Nova Aurora/PR, Nova Cantu/PR, Nova Esperança do Sudoeste/PR, Nova Esperança/PR, Nova Fátima/PR, Nova Laranjeiras/PR, Nova Londrina/PR, Nova Olímpia/PR, Nova Prata do Iguaçu/PR, Nova Santa Bárbara/PR, Nova Santa Rosa/PR, Nova Tebas/PR, Novo Itacolomi/PR, Ortigueira/PR, Ourizona/PR, Ouro Verde do Oeste/PR, Paçandu/PR, Palmas/PR, Palmeira/PR, Palmital/PR, Palotina/PR, Paraíso do Norte/PR, Paranacity/PR, Paranaguá/PR, Paranaipoema/PR, Paranaíba/PR, Pato Bragado/PR, Pato Branco/PR, Paula Freitas/PR, Paulo Frontin/PR, Peabiru/PR, Perobal/PR, Pérola d'Oeste/PR, Pérola/PR, Piên/PR, Pinhais/PR, Pinhal de São Bento/PR, Pinhalão/PR, Pinhão/PR, Pirai do Sul/PR, Piraquara/PR, Pitanga/PR, Pitangueiras/PR, Planaltina do Paraná/PR, Planalto/PR, Ponta Grossa/PR, Pontal do Paraná/PR, Porecatu/PR, Porto Amazonas/PR, Porto Barreiro/PR, Porto Rico/PR, Porto Vitória/PR, Prado Ferreira/PR, Pranchita/PR, Presidente Castelo Branco/PR, Primeiro de Maio/PR, Prudentópolis/PR, Quarto Centenário/PR, Quatiguá/PR, Quatro Barras/PR, Quatro Pontes/PR, Quedas do Iguaçu/PR, Querência do Norte/PR, Quinta do Sol/PR, Quitandinha/PR, Ramilândia/PR, Rancho Alegre D'Oeste/PR, Rancho Alegre/PR, Realeza/PR, Rebouças/PR, Renascença/PR, Reserva do Iguaçu/PR, Reserva/PR, Ribeirão Claro/PR, Ribeirão do Pinhal/PR, Rio Azul/PR, Rio Bom/PR, Rio Bonito do Iguaçu/PR, Rio Branco do Ivaí/PR, Rio Branco do Sul/PR, Rio Negro/PR, Rolândia/PR, Roncador/PR, Rondon/PR, Rosário do Ivaí/PR, Sabáudia/PR, Salgado Filho/PR, Salto do Itararé/PR, Salto do Lontra/PR, Santa Amélia/PR, Santa Cecília do Pavão/PR, Santa Cruz de Monte Castelo/PR, Santa Fé/PR, Santa Helena/PR, Santa Inês/PR, Santa Isabel do Ivaí/PR, Santa Izabel do Oeste/PR, Santa Lúcia/PR, Santa Maria do Oeste/PR, Santa Mariana/PR, Santa Mônica/PR, Santa Tereza do Oeste/PR, Santa Terezinha de Itaipu/PR, Santana do Itararé/PR, Santo Antônio da Platina/PR, Santo Antônio do Caiuá/PR, Santo Antônio do Paraíso/PR, Santo Antônio do Sudoeste/PR, Santo Inácio/PR, São Carlos do Ivaí/PR, São Jerônimo da Serra/PR, São João do Caiuá/PR, São João do Ivaí/PR, São João do Triunfo/PR, São João/PR, São Jorge do Ivaí/PR, São Jorge do Patrocínio/PR, São Jorge d'Oeste/PR, São José da Boa Vista/PR, São José das Palmeiras/PR, São José dos Pinhais/PR, São Manoel do Paraná/PR, São Mateus do Sul/PR, São Miguel do Iguaçu/PR, São Pedro do Iguaçu/PR, São Pedro do Ivaí/PR, São Pedro do Paraná/PR, São Sebastião da Amoreira/PR, São Tomé/PR, Sapopema/PR, Sarandi/PR, Saudade do Iguaçu/PR, Sengés/PR, Serranópolis do Iguaçu/PR, Sertaneja/PR, Sertanópolis/PR, Siqueira Campos/PR, Sulina/PR, Tamarana/PR,

Tamboara/PR, Tapejara/PR, Tapira/PR, Teixeira Soares/PR, Telêmaco Borba/PR, Terra Boa/PR, Terra Rica/PR, Terra Roxa/PR, Tibagi/PR, Tijucas do Sul/PR, Toledo/PR, Tomazina/PR, Três Barras do Paraná/PR, Tunas do Paraná/PR, Tuneiras do Oeste/PR, Tupãssi/PR, Turvo/PR, Ubiratã/PR, Umuarama/PR, União da Vitória/PR, Uniflor/PR, Uraí/PR, Ventania/PR, Vera Cruz do Oeste/PR, Verê/PR, Virmond/PR, Vitorino/PR, Wenceslau Braz/PR e Xambê/PR.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

CLÁUSULA TERCEIRA - SUSPENSÃO - CONSIDERAÇÕES.

Considerando-se que a Política Governamental adotada no Brasil, decorrente da PANDEMIA provocada pelo CORONAVIRUS, se baseia no isolamento social das pessoas, ou seja, na impossibilidade de locomoção das pessoas; que o Transporte de Passageiros é atividade das mais afetadas em vista de tal política pública; o consequente cancelamento das viagens, bem como das passagens e os pedidos de restituição de valores pagos pelas tarifas; a abrupta redução das vendas de passagens pela Empresa; a decretação de estado de calamidade pública de âmbito nacional; a intenção da empresa de evitar ao máximo demissões de seus empregados, bem como a necessária adoção de medida emergencial que visa a superar este momento de crise sem o catastrófico impacto gerado por demissões em massa, considerando-se que tal medida é absolutamente indispensável e inadiável com vistas a empresa manter ativa sua atividade empresarial, as partes vêm, por meio deste instrumento, com fundamento legal na MP 936/2020, estabelecer o seguinte:

CLÁUSULA QUARTA - SUSPENSÃO CONTRATUAL E AJUDA DE CUSTO MENSAL.

2.1. As partes estabelecem a possibilidade de suspensão dos contratos de trabalho de seus empregados pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, na forma do Art. 8º e 12 da MP 936/2020.

2.2. Durante o período de suspensão contratual não haverá prestação de serviços pelos empregados que tiverem os seus contratos de trabalho suspensos.

2.3. Enquanto perdurar a suspensão contratual, será concedida uma ajuda compensatória mensal, a qual não ostenta natureza salarial, nos termos do Art. 9º, §1º, II, da MP 936/2020, ficando garantido que tal ajuda não será inferior a 30% do salário base do trabalhador.

2.4. Faculta-se à Empresa pagar o valor da ajuda compensatória mensal ao empregado em percentual superior ao previsto à MP, na medida de sua possibilidade, garantida a natureza indenizatória da ajuda de custo superior paga ao empregado.

2.5. Ficam mantidos os benefícios de que trata o Artigo 8º, § 2º, inciso "I" da MP 936/2020.

2.6.- O início da suspensão do contrato de trabalho previsto na presente cláusula se dará a partir da assinatura pelo empregado do acordo de suspensão, devendo o empregador enviar ao Sindicato, no prazo de 30 dias, listagem nominal dos empregados com o contrato suspenso e as condições em que se deram tais suspensões.

2.7.- Ajusta-se a garantia de emprego contra a dispensa imotivada aos empregados que tenham seus contratos de trabalhos suspensos nos termos deste instrumento, enquanto perdurar a suspensão e, após o restabelecimento do contrato, por período equivalente ao da suspensão efetiva, nos exatos termos do art. 10, I e II, da Medida Provisória n.º 936, de 1º de abril de 2020.

2.8.- Na hipótese de despedida imotivada durante o período de garantia provisória previsto no item 2.7. empregador pagará, além das parcelas rescisórias previstas na legislação, indenização no valor de 100% (cem por cento) do salário a que o empregado teria direito no período de garantia provisória no emprego, nos exatos termos do artigo 10, §1º, III, da Medida Provisória 936/2020.

CLÁUSULA QUINTA - DA SUSPENSÃO DOS CONTRATOS PARA PARTICIPAÇÃO EM CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFI

5.1. Como forma de se evitar, ao máximo possível, a redução de postos de trabalho mediante demissões em larga escala dos trabalhadores da empresa, em razão da demora na normalização do movimento no período pós-suspensão contratual, pactuam as partes a possibilidade de adoção das medidas previstas no Art. 476-A, da CLT.

5.2.- O início da suspensão do contrato de trabalho previsto na presente cláusula ocorrerá mediante a assinatura pelo empregado em Termo de Adesão individual, o qual será informado ao sindicato no prazo mínimo de 15 (quinze) dias (nos termos do § 1º do Art. 476-A da CLT).

5.3. Nesse período de suspensão contratual, a Empresa promoverá cursos/treinamentos de qualificação profissional, ministrados remotamente e/ou por entidade de formação profissional, sendo que durante a suspensão contratual, a participação do empregado a tais cursos/treinamentos **é obrigatória**.

5.4. Enquanto perdurar a suspensão contratual, os empregados abrangidos por tal medida farão jus ao recebimento do Benefício de Bolsa de Qualificação Profissional, conforme previsão legal contida no Art. 2º-A, II, da Lei 7.998/90.

5.5. O prazo de duração da suspensão do contrato ficará limitado de 2 (dois) a 5 (cinco) meses, conforme o Caput do Art. 476-A da CLT, e só poderá ser prorrogado, através da celebração de novo instrumento coletivo e mediante a assinatura pelo empregado em Termo de Adesão Individual, conforme previsto no § 7º do artigo 476-A da CLT.

5.6.- Durante o período de suspensão a empresa se obriga a pagar aos empregados que tiverem os seus contratos suspensos ajuda de custo compensatória equivalente, no mínimo, a 40% (quarenta por cento) do salário base do empregado.

5.7.- A ajuda de custo compensatória, paga nos termos do § 3º, do artigo 476-A da CLT não tem natureza salarial, sendo a sua natureza exclusivamente indenizatória.

5.8. – Se ocorrer a dispensa do empregado no transcurso do período de suspensão contratual ou nos três meses subsequentes ao seu retorno ao trabalho, o empregador pagará ao empregado, além das parcelas indenizatórias previstas na legislação em vigor, multa equivalente a cem por cento sobre o valor da última remuneração mensal anterior à suspensão do contrato.

ESTÁGIO/APRENDIZAGEM

CLÁUSULA SEXTA - SUSPENSÃO DOS CONTRATOS DE APRENDIZAGEM

4.1. As partes estabelecem ficam suspensos todos os contratos de aprendizagem e respectivas aulas práticas, acompanhando a decisão da instituição concedente que realizou a suspensão das aulas teóricas.

4.2. Nesse período, o aprendiz receberá a ajuda de custo mensal, observada natureza indenizatória de tal benefício e os termos em que definidos pela MP.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA SÉTIMA - REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA E SALÁRIO.

3.1. As partes estabelecem a possibilidade de redução de carga horária e salário, por período de até noventa dias, na forma do Art. 7º, III e 12 da MP 936/2020, observados os percentuais de 25, 50 ou 70%.

3.2. As partes estabelecem a manutenção do salário-hora do empregado, na forma estabelecida no ACT vigente.

3.3. No período de redução de jornada e salário, o Empregado fará jus ao Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda criado pela MP 936/2020, nos termos de seu artigo 5º.

3.4. No período de redução de jornada e salário, o Empregado fará jus ao Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda criado pela MP 936/2020, nos termos de seu artigo 5º, exclusivamente no período enquanto durar tal redução, observados os critérios especificados no Art. 6º da MP.

3.5. Faculta-se à Empresa complementar o salário do empregado que tiver sua jornada reduzida em percentual superior ao previsto à MP, na medida de sua possibilidade, garantida a natureza indenizatória da ajuda de custo superior paga ao empregado.

3.6.- O início da redução da jornada prevista na presente cláusula se dará a partir da assinatura pelo empregado do acordo de redução da carga horária, devendo o empregador enviar ao Sindicato, no prazo de 30 dias, listagem nominal dos empregados com o contrato de trabalho, jornada e salários reduzidos e as condições em que se deram tais reduções.

3.7.- Ajusta-se a garantia de emprego contra a dispensa imotivada aos empregados que tenham redução salarial pelo período em que perdurar a referida redução e, após o restabelecimento da jornada de trabalho e de salário por período equivalente ao da redução efetiva.

3.8.- Na hipótese de demissão imotivada de empregados impactados pela redução salarial, durante o período da referida garantia, serão devidas por ocasião do acerto rescisório, todas as verbas salariais com base no valor anterior à redução pactuada, além de uma indenização no valor de:

I - cinquenta por cento do salário a que o empregado teria direito no período de garantia provisória no emprego, na hipótese de redução de jornada de trabalho e de salário igual ou superior a vinte e cinco por cento e inferior a cinquenta por cento; ou

II - setenta e cinco por cento do salário a que o empregado teria direito no período de garantia provisória no emprego, na hipótese de redução de jornada de trabalho e de salário igual ou superior a cinquenta por cento e inferior a setenta por cento; ou

III - cem por cento do salário a que o empregado teria direito no período de garantia provisória no emprego, nas hipóteses de redução de jornada de trabalho e de salário em percentual superior a setenta por cento.

DISPOSIÇÕES GERAIS

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA OITAVA - PRORROGAÇÃO DOS INSTRUMENTOS NORMATIVOS – ACORDOS E CONVENÇÕES COLETIVAS DE

7.1. Considerando a coincidência das condições que obrigam a celebração do presente instrumento normativo com o momento de data-base para a renovação dos Acordos Coletivos de Trabalho anuais e das Convenções Coletivas de Trabalho Anuais (RODONOR e FRETATUR) que também são afetadas pela crise atual que vivenciamos, as partes pactuam a prorrogação integral de todas as cláusulas por 12 meses dos acordos coletivos vigentes (01/05/2019 a 30/04/2020), ressalvadas as alterações temporárias decorrentes do presente instrumento normativo no período de calamidade pública decretado em razão da pandemia o Coronavírus COVID-19. A prorrogação das Convenções Coletivas de Trabalho do RODONOR e FRETATUR serão realizadas em Termo Aditivo próprio, não sendo extensível a aplicabilidade da MP 927/20 e 936/20, bem como o disposto no Art. 476-A da CLT que somente poderá ser tratado por Acordo Coletivo de Trabalho.

7.2.- Diante da não concessão de reajuste salarial na data base de 1/5/2020, as partes pactuam que as condições salariais serão objeto de negociação quando do restabelecimento das condições econômicas temporariamente adversas.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA NONA - APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO NORMATIVO

6.1. A vigência temporal do presente Acordo Coletivo ficará adstrita ao período de aplicação de suas próprias disposições.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONCLUSÃO

E, por estarem às partes entre si justas e acordadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos, ficando ratificados os acordos individuais firmados com base nas Medidas Provisórias 927/2020 e 936. Comprometem-se as partes a depositar, para fins de registro e arquivo, uma via na Delegacia Regional do Trabalho do Estado do Paraná, nos termos do Art.614 da CLT, bem como realizar a maior divulgação possível junto aos interessados.

RONALDO JOSE DA SILVA
PRESIDENTE
FEDERACAO DOS TRAB NAS EMP DE TRANSP DE PASS DO EST DO

JOAO BATISTA DA SILVA
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRABALH EM TRANSPORTES RODOV DE LONDRINA

RONALDO JOSE DA SILVA
PRESIDENTE
SINDICATO DOS MOTORISTAS, CONDUTORES DE VEICULOS RODOVIARIOS E TRABALHADORES EM EMPRESAS
DE TRANSP C P U MOT COB LINHAS INTERM INTEREST TUR ANEXOS MGA

JOAO CARLOS PASSARIM
PRESIDENTE
SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS INTERMUNICIPAL
INTERESTADUAL E TURISMO DE CASCAVEL (SINETRAPITEL)

APARECIDO NOGUEIRA DA SILVA
PRESIDENTE
SINDICATO C V R T E T C P U M C L I I T CAMPO MOURAO PR

ADILSON DE SOUZA GUERRA
PRESIDENTE
SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEICULOS RODOVIARIOS E ANEXOS DE APUCARANA

HAILTON GONCALVES
PRESIDENTE
SIND DOS TRAB E CONDUT EM TRANSP ROD E ANEXOS DE UMUARA

ESTEFANO BOIKO JUNIOR
DIRETOR
VIACAO GARCIA LTDA

ESTEFANO BOIKO JUNIOR
DIRETOR
BRASIL SUL LINHAS RODOVIARIAS LTDA.

ESTEFANO BOIKO JUNIOR
DIRETOR

EMPRESA PRINCESA DO IVAI LTDA

**ESTEFANO BOIKO JUNIOR
DIRETOR
VIACAO OURO BRANCO S A**

ANEXOS
ANEXO I - ATA DA ASSEMBLEIA UNIFICADA QUE APROVOU O ACT

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.